

Crescimento, único meio de pagar as dívidas

Os empresários nacionais parecem concordar em que o Brasil, para pagar sua dívida externa, só tem um caminho a seguir: o do crescimento econômico. O ministro da Fazenda, que pensa do mesmo modo, considera que o crescimento deveria ser impulsionado por setores da atividade econômica que não interferem com as importações, a saber, os da agricultura, da mineração e da construção civil.

Não há dúvida de que o único meio de se consertar a situação cambial é o incremento das exportações. Mas não é fácil incrementar a exportação nacional, porque quase todos os países em desenvolvimento que não pertencem à Opep colimam este mesmo objetivo e porque os países industrializados, ante a crise de desemprego que sofrem e que se dilata continuamente, inclinam-se a fortalecer seu protecionismo, a despeito de suas manifestações oficiais em sentido contrário. Não obstante, apesar desses embaraços, o Brasil ainda poderá aumentar as exportações, desde que os preços de seus produtos possam competir no mercado.

Importa, pois, investigar os meios de tornar mais competitivos os preços dos produtos nacionais no mercado externo. Evidentemente, seria preciso, antes de tudo, conter

as pressões inflacionárias internas, pois o contínuo movimento ascendente dos preços é totalmente incompatível com o propósito de fomentar as exportações. Por outro lado, seria necessário reduzir o déficit do setor público, por ser essa uma prescrição não da política monetarista, mas do sadio bom senso.

A economia nacional, em que a exportação ainda conserva certo caráter marginal, só permite pensar em tornar os preços competitivos no âmbito da chamada economia de escala, isto é, se o País tiver um bom mercado interno, capaz de reduzir os preços dos produtos exportáveis. Com efeito, a exportação depende diretamente da existência de um mercado interno suficientemente amplo. Também por esta razão se compreende que a recessão não se encontra no caminho que se deve seguir para aumentar as exportações.

A eliminação do déficit do setor público não exige, necessariamente, a redução de todos os gastos públicos, indiscriminadamente. Mais que tudo, importa eleger, de modo criterioso, os investimentos públicos: entre levar avante o programa nuclear e montar a linha de transmissão de Itaipu não deveria haver hesitação... A poupança interna precisa ser não

só incrementada, mas também destinada a aplicação mais profícua. Há uma regra, muito elementar, que costuma ser esquecida: é melhor cortar despesas de custeio do que despesas com investimentos.

Para que se reduza o déficit público não é preciso que se podem, de modo linear, todos os investimentos públicos, nem que se aumente a carga tributária, arrecadando mais dinheiro para atulhar os cofres públicos. Se se aumenta, sem critério, a carga tributária, corre-se o risco de restringir o poder aquisitivo da classe média, de provocar uma séria recessão e de ampliar ainda mais o déficit do setor público. A taxa de inflação subiria mais do que se pode, segundo as previsões, suportar, os custos de produção se elevariam e os obstáculos à exportação seriam bem maiores...

No Brasil, o custo do dinheiro constitui notável fator de inflação e de recessão. As taxas, por serem muito altas (custo real de 30 a 40%!), concorrem para a majoração dos preços, pois os produtores transferem para os consumidores os custos que lhes correspondem. Mais grave ainda, talvez, é o fato de tolherem os investimentos, pois não há margem de lucro que permita cobrir os custos financeiros. Se o governo pretende

evitar que o País se abisme numa funda recessão, deve corrigir, o quanto antes, esse grave problema que consiste no alto custo do dinheiro. Meios de o fazer não faltam: acabar com os limites quantitativos, reduzir o IOF, baixar os depósitos compulsórios.

Muitos se iludem ao imaginar que o crescimento de determinados setores que não dependem da importação não acarreta nenhum efeito sobre a demanda de produtos importados. A verdade, porém, é que o crescimento de qualquer setor se transmite a toda a economia nacional. É esta a razão por que, na difícil fase que a Nação atravessa, urge manter rigoroso controle sobre as importações. Quem deve, porém, exercer esse controle? A experiência da Cexim mostra quão perigoso é confiá-lo a funcionários públicos.

A recessão não é, absolutamente, solução adequada aos problemas do País, nem é verdade que a presente conjuntura da economia nacional a imponha, de maneira inevitável. Mas, para evitá-la, é necessária uma política econômica sutil e arguta, não urdida no recesso dos gabinetes dos tecnocratas, mas elaborada com a colaboração e as luzes que as entidades de classe e o Congresso podem oferecer ao governo.